



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDITORIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Tipo de Auditoria: Avaliação

Número interno: 2025.004

Nº e-CGU: #1779173

Unidades Auditadas: Gabinete do Reitor, PROINFRA, Campi: Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul

Assunto: Avaliação da Segurança nos campi da UFSM

1

RESUMO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

O trabalho teve como objetivo avaliar o processo de segurança nos campi da UFSM, a qual está vinculada à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) da UFSM.

POR QUE A AUDITORIA INTERNA REALIZOU ESSE TRABALHO?

Esta ação foi incluída no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)/2025, por meio da Matriz de Riscos da Auditoria Interna da UFSM, em razão da relevância da segurança institucional para a proteção das pessoas, do patrimônio público e para o adequado funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. A auditoria teve como objetivo avaliar os processos, controles e práticas relacionados à segurança institucional, considerando riscos identificados, ocorrências registradas e a percepção da comunidade universitária, de modo a contribuir para o aprimoramento da gestão e o fortalecimento das ações preventivas.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDITORIA INTERNA?

Este relatório apresenta os resultados da avaliação dos controles, práticas e condições relacionadas à segurança e à vigilância institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), considerando o objeto e o escopo definidos para o trabalho. A partir das análises realizadas, das visitas técnicas, das entrevistas e da verificação documental, identificaram-se fragilidades relevantes na organização da segurança institucional, na infraestrutura física dos campi e nos processos que orientam a atuação dos serviços de vigilância.

As constatações evidenciaram a ausência de políticas e diretrizes institucionais consolidadas, bem como a inexistência de instrumentos estruturados de gestão de riscos voltados à segurança. Também foram observadas limitações no uso das informações disponíveis, como registros de ocorrências, resultados da Avaliação Institucional e percepções da comunidade universitária, o que compromete o planejamento, a priorização de ações e a adoção de medidas preventivas.

Verificaram-se, ainda, deficiências na infraestrutura de segurança física, incluindo problemas de iluminação, sinalização, barreiras físicas e condições inadequadas de alguns postos de vigilância. Somam-se a esses fatores as orientações desatualizadas ou insuficientes para a execução dos serviços de vigilância, que não refletem plenamente as necessidades e vulnerabilidades específicas da UFSM, impactando a padronização das atividades e a resposta a incidentes.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Assim, a partir dos achados de auditoria pontuados neste trabalho, recomenda-se às unidades auditadas a adoção de um conjunto de medidas voltadas à correção das falhas identificadas, com vistas à prevenção de ocorrências, ao fortalecimento da atuação da vigilância institucional e à promoção de um ambiente mais seguro para a comunidade universitária e para a preservação do patrimônio público da UFSM.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

RESUMO	1
SUMÁRIO.....	3
INTRODUÇÃO	4
RESULTADO DOS EXAMES.....	6
1. Fragilidades na governança da segurança institucional, com ausência de política, diretrizes, normativas e fluxos operacionais	6
2. Fragilidades na gestão e no monitoramento de riscos da segurança institucional	8
3. Fragilidades na formalização dos contratos, decorrentes da ausência de estudos de necessidade, dimensionamento de equipe e avaliação de riscos, o que compromete o planejamento e os controles institucionais.....	8
4. Fragilidades nos controles internos e na fiscalização do contrato de vigilância, resultando no descumprimento de obrigações contratuais e em deficiências na gestão e na oferta de treinamentos da equipe terceirizada	9
5. Fragilidades na governança, na gestão contratual e na capacidade operacional do sistema de videomonitoramento institucional	10
6. Áreas descobertas de vigilância, sujeitas à invasões e furtos	11
7. Fragilidades nos controles de acesso à instituição.....	12
8. Infraestrutura de segurança física do campus inadequada para prevenir acessos indevidos e apoiar a atuação da vigilância.....	13
9. Inconsistência nos registros das rondas de vigilância e ausência de critérios para avaliação de sua eficiência.....	14
10. Fragilidades na gestão de incidentes de segurança e no tratamento de extravios de bens patrimoniais	14
11. Inexistência de métricas e indicadores para monitoramento da atuação da vigilância e segurança institucional	15
12. Ausência de uso sistemático da percepção da comunidade e dos resultados da Avaliação Institucional para o aprimoramento da segurança institucional.....	16
RECOMENDAÇÕES	17
CONCLUSÃO	22
ENCAMINHAMENTOS	23
ANEXOS	24
BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS	45



INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) caracteriza-se pela diversidade de sua comunidade acadêmica e pela ampla extensão de seus campi, que abrigam atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços à sociedade. Esses espaços são utilizados diariamente por estudantes, servidores, terceirizados e visitantes, o que torna a segurança e a vigilância institucional, temas centrais para o funcionamento da universidade e para a proteção das pessoas e do patrimônio público.

A convivência em ambientes abertos, com circulação contínua de pessoas e veículos, exige a adoção de práticas de segurança adequadas, capazes de prevenir riscos, reduzir vulnerabilidades e responder de forma eficaz a incidentes. Questões relacionadas à vigilância, iluminação, controle de acessos, integridade das estruturas físicas e tratamento de ocorrências impactam diretamente a sensação de segurança da comunidade universitária e o uso dos espaços institucionais.

Nesse contexto, a segurança institucional deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve planejamento, monitoramento, participação da comunidade e utilização das informações disponíveis para o aprimoramento das ações adotadas. A atenção a esses aspectos contribui para a construção de um ambiente universitário mais seguro, acolhedor e compatível com as finalidades acadêmicas e sociais da UFSM.



Criticidade, materialidade e relevância do trabalho

Em relação aos principais aspectos motivadores que orientaram a consecução deste trabalho, consideraram-se as situações críticas e os pontos de vulnerabilidade relacionados à segurança e à vigilância institucional nos campi da UFSM (**criticidade**), o potencial impacto sobre o patrimônio público e sobre os recursos institucionais destinados à manutenção, adequação e reforço das estruturas e serviços de segurança (**materialidade**), bem como a importância da segurança institucional para a proteção das pessoas, a preservação dos bens públicos e a qualidade das atividades acadêmicas, administrativas e dos serviços prestados à comunidade universitária (**relevância**).



Escopo do trabalho

Este trabalho contempla a avaliação dos aspectos relacionados à segurança e à vigilância institucional nos campi da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com foco nos controles existentes, nas práticas adotadas e no tratamento das ocorrências de segurança. Foram analisados, entre outros pontos, os mecanismos de vigilância, os controles de acesso de pessoas e veículos, as condições de iluminação e das estruturas físicas, bem como os procedimentos de registro, comunicação e análise de incidentes.

Adicionalmente, foram avaliados aspectos relacionados à governança da segurança institucional, abrangendo a estrutura de gestão, as instâncias decisórias, a definição de responsabilidades, a articulação entre as unidades envolvidas, bem como os normativos e fluxos adotados para o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

5

planejamento, coordenação e monitoramento das ações de segurança. Para a execução e consolidação dos resultados, foram aplicados testes e análises com a finalidade de responder às seguintes questões:

1. A política de vigilância institucional da UFSM está alinhada com as ações e políticas de segurança dos campi, de modo a prevenir e mitigar riscos de forma eficaz?
2. Os contratos de serviços terceirizados de vigilância e monitoramento estão sendo cumpridos?
3. A equipe de vigilância/segurança está adequadamente treinada e qualificada para as funções?
4. Os prédios e edificações estão adequadamente protegidos contra roubos, furtos, vandalismos e outros riscos patrimoniais?
5. Em locais e áreas abertas que não possuem edificações, os procedimentos adotados para a realização da vigilância e segurança institucional são eficientes?
6. A vigilância institucional é eficiente e cumpre os objetivos de proteção do patrimônio?
7. Os sistemas e procedimentos adotados garantem a segurança física e patrimonial nos campi da universidade e estão alinhados com as melhores práticas de segurança?
8. Em locais de acesso restrito, quais mecanismos de controle de acesso estão implementados (ex.: chave física, cartão magnético, biometria, senhas, cadastro prévio)?
9. A equipe de vigilância está preparada para lidar com situações de emergência?
10. Como a comunidade acadêmica avalia a segurança nos campi da UFSM?

A realização do trabalho ocorreu durante os meses de abril a novembro de 2025, totalizando aproximadamente 1.000 horas de atividades. As análises foram conduzidas a partir de Solicitações de Auditoria (S.A.) encaminhadas às unidades, da avaliação de informações extraídas de sistemas internos e em sítios eletrônicos institucionais, além de análise documental e inspeções in loco.

Para a execução das atividades, foram realizadas visitas técnicas, bem como a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com profissionais da vigilância e da segurança institucional, no mês de novembro de 2025.

Registra-se, ainda, que em 16 de dezembro de 2025 foi realizada reunião de busca conjunta de soluções com o Gabinete da Reitoria e a PROINFRA. O relatório preliminar foi posteriormente encaminhado às unidades auditadas, a fim de oportunizar a manifestação dos gestores, cuja análise consta no Anexo I.

De forma complementar, também foram realizadas reuniões e visitas às seguintes Unidades:

- Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

- Campi UFSM Sede;
- Campi de Frederico Westphalen;
- Campi de Palmeira das Missões;
- Campi de Cachoeira do Sul.

6

O trabalho foi conduzido em conformidade com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, que orienta os procedimentos e a prática profissional da auditoria interna.

Na sequência, são apresentados, de forma organizada por tópicos, os achados identificados, seguidos das respectivas recomendações.

RESULTADO DOS EXAMES

Os exames realizados tiveram como objetivo analisar os procedimentos, práticas, controles e a estrutura de governança relacionados à segurança e à vigilância institucional nos campi da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A análise contemplou aspectos operacionais, como mecanismos de vigilância, controles de acesso de pessoas e veículos, condições de iluminação, estado das estruturas físicas e a execução de rondas, bem como os processos de registro, comunicação e tratamento de ocorrências de segurança.

Além disso, foram avaliados elementos da governança da segurança institucional, incluindo a estrutura de gestão, as instâncias decisórias, a definição de responsabilidades, a articulação entre as unidades envolvidas e a existência de normativos, fluxos e diretrizes para planejamento, coordenação e monitoramento das ações de vigilância.

Com base nos exames realizados, os achados de auditoria apresentados a seguir refletem as evidências coletadas e os critérios de análise previamente estabelecidos, permitindo responder às questões de auditoria definidas e identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento na gestão, na execução e no controle das atividades de segurança e vigilância nos campi da UFSM.

1. Fragilidades na governança da segurança institucional, com ausência de política, diretrizes, normativas e fluxos operacionais

A análise das evidências documentais disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), por meio de acesso remoto às documentações relacionadas aos contratos de vigilância e segurança institucional, bem como as informações obtidas em visitas in loco, entrevistas e aplicação de questionários, evidenciou fragilidades significativas na estrutura normativa e na governança da segurança institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Constatou-se a inexistência de uma Política Institucional formalizada de Vigilância e Segurança que estabeleça diretrizes, objetivos, responsabilidades e procedimentos mínimos para orientar, de forma padronizada, as ações de prevenção, monitoramento e resposta a incidentes envolvendo pessoas e patrimônio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Não foi identificado plano institucional ou normativo interno que defina, de maneira clara, os fluxos de atuação, os critérios mínimos de controle e as responsabilidades dos setores envolvidos na gestão da vigilância e da segurança patrimonial. Ao responder o Questionário de Avaliação de Controle Interno (QACI), o gestor responsável classificou o plano existente como “fraco”, sem apresentar justificativas técnicas, indicadores ou evidências que demonstrassem sua efetividade, o que reforça a fragilidade do modelo atualmente adotado.

No que se refere às orientações operacionais, verificou-se que as diretrizes destinadas aos vigilantes são predominantemente elaboradas pela empresa terceirizada, por meio do Plano de Execução do Serviço de Segurança (PESS – Vigilância – 001), datado de 2021. O documento encontra-se desatualizado, não possui previsão formal de revisões periódicas e apresenta conteúdo genérico, alinhado à realidade da contratada, sem considerar de forma adequada as vulnerabilidades, áreas sensíveis e riscos específicos da UFSM. Adicionalmente, o PESS não aborda de forma estruturada a gestão de riscos institucionais, tampouco define de maneira clara os procedimentos de ronda, seus objetivos, periodicidade e critérios de execução.

Durante as visitas aos postos de trabalho, constatou-se que o PESS não estava disponível em todos os locais, em desacordo com o disposto no item 13.2.40.2 do Contrato nº 01/2021, que prevê a disponibilização permanente de manual de procedimentos operacionais, em meio físico e digital, com as devidas atualizações. Em diversos casos, os vigilantes relataram receber orientações apenas de forma informal, repassadas por funcionários mais antigos ou diretamente pela empresa contratada, sem conhecimento de normativas institucionais próprias da UFSM.

Adicionalmente, observou-se fragilidade na estrutura de governança da segurança institucional. Embora o organograma da PROINFRA previsse a existência de um Núcleo de Vigilância, este foi desativado em 2022, com a extinção da função de chefia. Desde então, as atividades relacionadas à segurança institucional passaram a ser conduzidas sem uma estrutura formal claramente definida, o que compromete a coordenação, a supervisão e a responsabilização institucional.

Também não foram identificados registros sistematizados de incidentes, protocolos de resposta a crises ou relatórios gerenciais consolidados que subsidiem a tomada de decisão. Em algumas situações, o Livro de Ocorrências localizado pela equipe da Auditoria nos Postos inspecionados, apresentou registros incompletos, desorganizados e, em alguns casos, com rasuras, dificultando a rastreabilidade das informações. Não foi identificado, ainda, fluxo institucional formal para comunicação e tratamento de incidentes, sendo relatadas práticas distintas de reporte.

Essas fragilidades evidenciam que a segurança institucional da UFSM carece de diretrizes normativas, planejamento estruturado e mecanismos de controle adequados, o que dificulta a padronização das ações, fragiliza a gestão dos contratos de vigilância e limita a capacidade institucional de prevenção e resposta a riscos e incidentes que possam afetar a comunidade universitária e o patrimônio público.



2. Fragilidades na gestão e no monitoramento de riscos da segurança institucional

As análises realizadas, a partir de verificação documental, visitas in loco e entrevistas, evidenciaram fragilidades significativas na gestão e no monitoramento dos riscos relacionados à segurança institucional da UFSM.

Não foram identificados estudos, planos ou avaliações estruturadas de riscos que subsidiem o mapeamento de vulnerabilidades, a definição de prioridades ou a orientação para a instalação e o monitoramento de câmeras, bem como para a adequação das barreiras físicas de segurança. Também não foram encontrados documentos que avaliem a suficiência desses controles, especialmente em áreas abertas e não edificadas, que apresentam maior exposição a riscos.

Além disso, o Plano de Gestão de Riscos Pessoais e Patrimoniais foi considerado como fraco pela PROINFRA, conforme resposta ao Questionário de Autoavaliação de Controles Internos aplicado pela Auditoria, sem que houvesse justificativa técnica registrada. Essa situação reforça a percepção de fragilidade no acompanhamento, na avaliação e na mitigação dos riscos institucionais.

Observou-se, ainda, a ausência de definição formal de responsabilidade pela gestão da segurança institucional desde 2022, conforme informado pela PROINFRA, o que compromete a coordenação das ações, o monitoramento contínuo dos riscos e a adoção de medidas preventivas de forma integrada.

Durante as visitas técnicas, constatou-se que, embora os vigilantes conheçam empiricamente os pontos mais vulneráveis de suas áreas de atuação, esse conhecimento não está formalizado em estudos, mapeamentos ou diretrizes institucionais. A principal medida de proteção adotada em áreas abertas tem sido a realização de rondas periódicas, as quais se mostram insuficientes diante de fragilidades como cercas e alambrados danificados ou inexistentes, iluminação inadequada e grandes trechos sem vigilância ativa.

A extensão territorial dos campi intensifica essas vulnerabilidades, sobretudo em áreas que fazem divisa com bairros externos, campos experimentais, torres e espaços isolados. Na Sede, por exemplo, foi relatada a circulação frequente de animais soltos, provenientes da vizinhança, nas dependências institucionais, evidenciando fragilidades no controle do ambiente do campus.

Em conjunto, esses fatores demonstram a inexistência de uma abordagem estruturada de gestão de riscos aplicada à segurança institucional, resultando em lacunas no planejamento, no monitoramento e na adoção de medidas preventivas, o que compromete a efetividade da proteção das pessoas e do patrimônio público da UFSM.

3. Fragilidades na formalização dos contratos, decorrentes da ausência de estudos de necessidade, dimensionamento de equipe e avaliação de riscos, o que compromete o planejamento e os controles institucionais

Verificou-se que a formalização e a gestão dos contratos de vigilância e segurança institucional da UFSM apresentam fragilidades relevantes, decorrentes da ausência de estudos prévios de necessidade, de dimensionamento adequado das equipes e de avaliações formais de riscos. Essas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

lacunas comprometem o planejamento dos serviços contratados, dificultam o acompanhamento da execução contratual e fragilizam os controles institucionais relacionados à segurança.

Durante os trabalhos, constatou-se deficiência na fiscalização técnica dos contratos, evidenciada pela inexistência de registros e documentos que comprovem o acompanhamento sistemático dos serviços e a avaliação de sua aderência aos objetivos institucionais. As informações disponibilizadas pela gestão encontravam-se dispersas, desatualizadas, incompletas ou repetitivas, sem organização que permitisse identificar, de forma objetiva, os controles existentes ou a efetividade das ações realizadas. Soma-se a esse cenário a ausência de políticas ou normativas de segurança institucional que estabeleçam diretrizes, responsabilidades e parâmetros mínimos para o planejamento, o monitoramento e a avaliação do desempenho dos serviços contratados.

Também se constatou a inexistência de registros formais de incidentes e de relatórios estruturados de análise que permitam identificar causas, impactos e ações corretivas. Essa fragilidade ficou evidenciada no furto ocorrido na Usina Fotovoltaica em 2024, ocasião em que a única medida adotada foi a instalação de um posto de vigilância armada no período noturno, sem a apresentação de estudos de riscos, justificativas técnicas, avaliação de necessidade ou dimensionamento adequado da equipe, demonstrando a adoção de soluções pontuais e reativas.

Em conjunto, as evidências demonstram que os contratos de vigilância e segurança institucional vêm sendo formalizados e geridos sem suporte técnico mínimo, sem diagnósticos estruturados, sem avaliação de riscos e sem articulação com os mecanismos institucionais de controle, caracterizando o achado de auditoria identificado.

4. Fragilidades nos controles internos e na fiscalização do contrato de vigilância, resultando no descumprimento de obrigações contratuais e em deficiências na gestão e na oferta de treinamentos da equipe terceirizada

A análise da gestão e da fiscalização do contrato de vigilância evidenciou fragilidades relevantes nos controles internos adotados pela UFSM, que comprometem o acompanhamento da execução contratual, o cumprimento das obrigações pactuadas e a adequada capacitação da equipe terceirizada. Verificou-se que as informações e documentos necessários à fiscalização encontram-se, em grande parte, desatualizados, incompletos ou dispersos, dificultando a visão consolidada do contrato e o controle sistemático dos serviços prestados, inclusive quanto ao contrato de videomonitoramento, que não consta nos painéis institucionais¹ publicizados no site da PROINFRA (Núcleo de Fiscalização de contratos -NFC).

Não foram identificados relatórios periódicos de fiscalização, checklists, indicadores de desempenho ou outros registros formais que comprovem a realização de acompanhamento contínuo e estruturado da execução contratual. A ausência desses instrumentos limita a capacidade da Instituição de avaliar a efetividade dos serviços, identificar falhas recorrentes e adotar providências tempestivas diante de descumprimentos contratuais. Nesse contexto, notificações

¹ <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proinfra/nucleo-de-fiscalizacao-de-contrato>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

encaminhadas à empresa contratada permaneceram sem resposta por períodos prolongados, mesmo com a existência de pendências relevantes apontadas pela fiscalização administrativa.

Durante as visitas técnicas, foram constatadas diversas situações de descumprimento contratual e de desconformidade com a legislação aplicável, tais como vigilantes com Carteiras Nacionais de Vigilante (CNV) e Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) vencidas, equipamentos de comunicação em más condições de funcionamento ou inoperantes há longos períodos, bem como falhas na manutenção e conservação de armamentos e munições em diferentes campi. Essas ocorrências indicam fragilidades tanto na atuação da contratada quanto na fiscalização exercida pela Instituição.

No que se refere à capacitação da equipe terceirizada, embora existam registros de cursos obrigatórios básicos, não foram localizadas evidências de um planejamento anual de treinamentos nem de capacitações complementares voltadas às especificidades do ambiente universitário, conforme previsto contratualmente. Os treinamentos registrados apresentam fragilidades quanto à formalização, à definição de conteúdo, carga horária e qualificação dos instrutores, sendo conduzidos, em muitos casos, por um único funcionário da empresa, que acumula as funções de responsável, instrutor e supervisor. Tal prática compromete a qualidade e a efetividade da capacitação oferecida.

Adicionalmente, verificaram-se deficiências na disponibilização e no uso do Plano de Execução do Serviço de Segurança (PESS), documento obrigatório segundo o contrato. Em diversos postos, o PESS não estava disponível, encontrava-se desatualizado ou era desconhecido pelos vigilantes, inclusive em sua versão digital. Também foram observadas falhas em itens básicos de apoio à atividade, como ausência de murais com contatos de emergência, lanternas inoperantes e registros incompletos ou inexistentes no livro de ocorrências, contrariando critérios previstos no contrato para avaliação dos postos de serviço.

Essas evidências, consideradas em conjunto, demonstram fragilidades nos controles internos e na fiscalização do contrato de vigilância, resultando no descumprimento de obrigações contratuais, na insuficiência da gestão dos serviços prestados e em deficiências na oferta, no controle e na qualidade dos treinamentos da equipe terceirizada, com impactos diretos sobre a segurança institucional.

5. Fragilidades na governança, na gestão contratual e na capacidade operacional do sistema de videomonitoramento institucional

As análises realizadas por meio de visitas técnicas à Central de Monitoramento e aos campi, aplicação de checklist e entrevistas com os colaboradores evidenciaram fragilidades relevantes na governança, na gestão contratual e na capacidade operacional do sistema de videomonitoramento da UFSM. Verificou-se a inexistência de diretrizes institucionais padronizadas que orientem a implantação, a operação e a integração dos sistemas de videomonitoramento nos diferentes campi, resultando em iniciativas isoladas, reativas e desconectadas do modelo institucional de segurança.

No campus de Frederico Westphalen, constatou-se que as câmeras de segurança foram adquiridas e instaladas pela Direção do campus, com execução técnica integral pelo setor local de TI, sem vinculação ao contrato institucional de videomonitoramento vigente. A implantação ocorreu como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

11

resposta a episódios de furto, porém sem integração à Central de Monitoramento, sem acesso da PROINFRA e sem monitoramento contínuo das imagens, que se limitam à gravação passiva. Ressalta-se que o setor de TI não possui atribuição institucional para realizar atividades de vigilância, o que compromete a capacidade de detecção imediata e resposta a incidentes. Observou-se ainda que parte dessas câmeras está integrada ao sistema de cercamento eletrônico da Brigada Militar, sem que haja formalização ou padronização institucional dessa integração.

Também foram identificadas fragilidades na gestão contratual e no cumprimento dos parâmetros técnicos estabelecidos. O Contrato nº 056/2022 prevê o armazenamento mínimo das imagens por 30 dias, com guarda por prazo indeterminado nos casos vinculados a investigações policiais. O campus de Frederico Westphalen, por sua vez, mantém o armazenamento das gravações por aproximadamente 20 dias, em razão de limitações técnicas e de capacidade de infraestrutura do setor local de TI. A ausência de critérios institucionais claros e de parâmetros mínimos de retenção tem comprometido a apuração de ocorrências, conforme registrado em documentos oficiais e em processos administrativos, inclusive em casos nos quais as imagens já haviam expirado quando solicitadas para fins investigativos.

Adicionalmente, observou-se limitação significativa na capacidade operacional da Central de Monitoramento. Durante as visitas, foi constatado que todas as atividades da central — incluindo o acompanhamento de mais de 500 câmeras distribuídas em três campi, o monitoramento de alarmes, a análise de ocorrências em tempo real, a recuperação de imagens, o acionamento de equipes e o atendimento simultâneo por diversos canais de comunicação — são executadas por apenas um operador por turno. Essa sobrecarga de funções reduz a efetividade do monitoramento, aumenta o risco de falhas na detecção e resposta a incidentes e expõe a instituição a riscos operacionais relevantes, especialmente nos períodos de maior circulação de pessoas e atividades.

Conjuntamente, essas situações evidenciam fragilidades estruturais na governança do videomonitoramento institucional, na articulação entre áreas envolvidas, no cumprimento dos parâmetros contratuais e na capacidade operacional da Central de Monitoramento, comprometendo a efetividade do sistema como ferramenta de prevenção, resposta a incidentes e apoio à segurança institucional da UFSM.

6. Áreas descobertas de vigilância, sujeitas à invasões e furtos

As análises realizadas evidenciaram a existência de áreas extensas com cobertura insuficiente ou inexistente de vigilância, especialmente em espaços externos e não edificadas, o que expõe a UFSM a riscos elevados de invasões, furtos, vandalismo e acessos indevidos. Foram identificadas fragilidades nas barreiras físicas de proteção, com trechos de cercas danificados, inexistentes ou abertos, facilitando o ingresso não autorizado de pessoas e animais.

Verificou-se que a realização de rondas periódicas é a principal medida de vigilância adotada nessas áreas. Contudo, as rondas abrangem apenas pontos específicos, em horários pré-determinados, deixando setores sem cobertura contínua, sobretudo em determinados turnos. Observou-se ainda que, em dias de eventos abertos à comunidade, parte das rondas deixa de ser executada em razão do deslocamento do efetivo, ampliando as áreas descobertas de vigilância.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

A auditoria constatou, também, a ausência de critérios e registros que permitam avaliar a efetividade das rondas, o que dificulta a identificação de falhas operacionais e a adoção de medidas corretivas, contribuindo para a manutenção de áreas vulneráveis.

A extensão territorial dos campi, aliada à proximidade com bairros externos, intensifica essas vulnerabilidades. Em áreas abertas e de divisa, a facilidade de acesso tem favorecido a circulação indevida de pessoas e animais, demonstrando fragilidade no controle perimetral.

Em conjunto, essas condições demonstram que a ausência de barreiras físicas adequadas, de vigilância contínua e de cobertura efetiva de videomonitoramento resulta na existência de áreas descobertas de vigilância, diretamente relacionadas ao risco de invasões, furtos e danos ao patrimônio institucional.

7. Fragilidades nos controles de acesso à instituição

As análises realizadas evidenciaram fragilidades nos controles de acesso à UFSM, decorrentes da combinação de deficiências estruturais, ausência de normatização institucional e limitações na gestão da segurança. Foram identificadas áreas externas sem cercamento adequado, bem como trechos com cercas danificadas ou abertas, que permitem o ingresso não autorizado de pessoas e expõem o patrimônio institucional a riscos.

O controle de circulação de pessoas ocorre, predominantemente, por meio do monitoramento por câmeras, enquanto a entrega e devolução de chaves dos prédios é realizada por sistema institucionalizado, com cadastro de usuários e registro fotográfico. Apesar de operacionais, esses procedimentos não estão respaldados por normativa institucional de segurança e vigilância, o que compromete sua aplicação uniforme e a autoridade dos agentes responsáveis pelo controle de acesso.

No campus de Cachoeira do Sul, foram relatados alguns episódios de conflito entre servidores/docentes e agentes de portaria, decorrentes da recusa de alguns usuários em cumprir os procedimentos de cadastro exigidos para retirada de chaves. A inexistência de norma formal que padronize e legitime tais procedimentos contribui diretamente para essas ocorrências e fragiliza a efetividade do controle de acesso.

Constatou-se, ainda, a inexistência de normas institucionais específicas sobre controle de acesso a áreas restritas, registro padronizado de entrada e saída de prédios e dimensionamento da equipe de vigilância, resultando em práticas descentralizadas e heterogêneas entre as Unidades. Soma-se a isso o fato de que, embora o Contrato nº 056/2022 preveja serviços de vigilância eletrônica e controle de acesso, o gestor da PROINFRA não dispõe de acesso direto ao sistema contratado, limitando o acompanhamento e a avaliação da efetividade desses controles.

Esses elementos, analisados de forma integrada, sustentam o achado de auditoria ao demonstrar que os controles de acesso à instituição são insuficientes, pouco padronizados e carecem de governança adequada, aumentando a exposição da UFSM a riscos de acesso indevido, conflitos operacionais e fragilidades na proteção de pessoas e do patrimônio público.



8. Infraestrutura de segurança física do campus inadequada para prevenir acessos indevidos e apoiar a atuação da vigilância

As visitas técnicas realizadas nos campi da UFSM evidenciaram fragilidades relevantes na infraestrutura de segurança física, que comprometem a prevenção de acessos indevidos e dificultam a atuação da vigilância institucional. Constatou-se, especialmente no **campus sede**, deficiências recorrentes na iluminação externa em áreas de circulação noturna utilizadas pela comunidade universitária, como trajetos entre prédios acadêmicos e paradas de ônibus. Em diversos pontos, a iluminação é inexistente ou insuficiente, reduzindo a visibilidade, aumentando a sensação de insegurança e limitando a capacidade de atuação preventiva dos vigilantes.

As condições das guaritas e dos postos de vigilância também se mostraram inadequadas em vários locais. Foram constatadas estruturas com necessidade de manutenção básica, como pintura, reparos elétricos e hidráulicos, substituição de lâmpadas e refletores queimados, além de melhorias nas condições de trabalho dos vigilantes. Em alguns casos, os postos apresentam aparência de residências desocupadas, galpões ou depósitos, o que reduz a visibilidade e enfraquece a presença ostensiva da segurança. No campus de Cachoeira do Sul, verificou-se a inexistência de guaritas, levando os vigilantes a permanecerem no interior de prédios administrativos, com visibilidade limitada das áreas externas.

Nas áreas abertas, a principal medida de proteção adotada é a realização de rondas periódicas. Contudo, essa estratégia é fragilizada pela presença de cercas e alambrados danificados ou inexistentes, pela ausência de barreiras físicas em trechos relevantes e pela falta de iluminação adequada, resultando em extensas áreas descobertas e suscetíveis a invasões, furtos, vandalismo e circulação indevida de pessoas e animais. A extensão territorial dos campi agrava esse cenário, especialmente em locais que fazem divisa direta com bairros externos. Na UFSM Sede, por exemplo, foi relatada a entrada frequente de animais provenientes de áreas vizinhas, o que evidencia a fragilidade do controle perimetral e o risco ao patrimônio institucional.

Outro aspecto observado refere-se à sinalização institucional. Em diversos pontos dos campi, placas de identificação de áreas e patrimônios da UFSM encontram-se apagadas, enferrujadas ou ilegíveis, dificultando a orientação da comunidade e a identificação dos limites institucionais. Também foi constatada a ausência ou insuficiência de placas de advertência e aviso de perigo em açudes localizados nos campi, especialmente preocupante em períodos de calor, quando há maior circulação de pessoas nessas áreas. Ressalta-se que já ocorreram, em períodos remotos, casos de afogamento nesses locais, o que evidencia o risco associado à falta de sinalização adequada.

De forma geral, não foram identificadas políticas institucionais, estudos de gestão de riscos ou mapeamentos formais que orientem a avaliação da suficiência das barreiras físicas, da iluminação, da sinalização e da cobertura de vigilância, especialmente em áreas abertas e não edificadas. A ausência dessas diretrizes contribui para a manutenção de vulnerabilidades estruturais, dificulta o planejamento das ações de segurança e compromete a efetividade das medidas adotadas para a proteção da comunidade universitária e do patrimônio público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

9. Inconsistência nos registros das rondas de vigilância e ausência de critérios para avaliação de sua eficiência

Verificou-se que as rondas de vigilância motorizadas realizadas no campus da UFSM apresentam fragilidades tanto nos registros quanto na avaliação de sua eficiência. As rondas abrangem dez pontos distribuídos pelo campus e são programadas para ocorrer em seis horários ao longo do dia. Contudo, os registros analisados indicam que a maioria das rondas é realizada em tempo inferior a 30 minutos, havendo casos com duração aproximada de 11 minutos, o que se mostra incompatível com o conjunto de atividades previstas no procedimento operacional vigente.

O Procedimento Operacional PESS-Vigilância-001 estabelece que, durante as rondas, os vigilantes devem descer da viatura e realizar verificações detalhadas, como inspeção de portas, janelas, iluminação, alarmes, equipamentos em funcionamento e identificação de presenças não autorizadas. A comparação entre o tempo registrado para execução das rondas e as ações previstas no procedimento indica fragilidade na execução ou no controle do serviço, uma vez que não há evidências suficientes de que todas essas atividades sejam efetivamente realizadas no intervalo de tempo informado.

Os registros das rondas são realizados por meio de aplicativo para smartphone e indicam apenas a realização ou não da ronda e o período de execução. Não foram identificados critérios, indicadores ou metodologia definidos para avaliar a eficiência das rondas, tampouco parâmetros que permitam mensurar sua qualidade ou efetividade. Dessa forma, os relatórios gerados não possibilitam uma análise consistente do desempenho do serviço de vigilância.

Adicionalmente, constatou-se que, em dias de realização de eventos abertos à comunidade, como o “Viva o Campus”, as rondas deixam de ser executadas, sendo registradas no sistema como inviabilidade operacional pelo evento, sem que haja evidências de planejamento alternativo ou critérios previamente definidos para esses casos.

Embora os vigilantes demonstrem conhecimento da rotina e realizem os registros no sistema, as informações atualmente disponíveis não fornecem evidências suficientemente robustas quanto à efetiva execução das atividades previstas nem permitem avaliar o desempenho e a qualidade das rondas realizadas. A ausência de padronização dos registros, aliada à inexistência de critérios objetivos para avaliação da eficiência das rondas, compromete a confiabilidade das informações geradas e limita a capacidade de acompanhamento, controle e aprimoramento das ações de vigilância no campus.

10. Fragilidades na gestão de incidentes de segurança e no tratamento de extravios de bens patrimoniais

Verificou-se a existência de fragilidades no processo de registro, apuração e tratamento de extravios de bens patrimoniais, decorrentes da ausência de procedimentos formalizados e de controles sistematizados para o gerenciamento de incidentes de segurança. Durante a auditoria, não foram apresentadas evidências de registros formais de ocorrências, de comunicações às autoridades



competentes ou de análises estruturadas que permitissem identificar causas, dimensionar prejuízos e orientar medidas corretivas e preventivas.

No episódio de furto ocorrido na Usina Fotovoltaica em 2024, o gestor informou apenas a adoção pontual de reforço da vigilância noturna, sem apresentar documentação que demonstrasse a apuração do fato, a análise de causas, o acompanhamento do caso ou a adoção de ações estruturadas para recuperação dos prejuízos e prevenção de novos eventos semelhantes. Situação semelhante foi observada em outros casos, nos quais não se evidenciou a realização de análises periódicas de incidentes ou o monitoramento contínuo dos riscos de segurança.

Constatou-se, ainda, a inexistência de um sistema padronizado para registro, acompanhamento e análise de incidentes, bem como a ausência de protocolos formalmente definidos para o acionamento de forças policiais, resposta a crises e gestão de ocorrências, não havendo comprovação documental de treinamentos ou orientações fornecidas aos vigilantes sobre esses procedimentos.

No que se refere aos extravios ou à não localização de bens patrimoniais, observou-se a falta de um fluxo institucional claro e integrado para notificação, registro, apuração e acompanhamento dessas ocorrências. Foram identificadas inconsistências na atuação dos setores envolvidos, como patrimônio, vigilância, gestão administrativa e unidades acadêmicas, o que dificulta a rastreabilidade dos bens, retarda a adoção de medidas corretivas e fragiliza os controles patrimoniais da instituição.

Esse conjunto de fragilidades compromete a efetividade da vigilância patrimonial, limita a prevenção de riscos e reduz a capacidade institucional de apurar responsabilidades e aprimorar os controles relacionados à proteção dos bens públicos.

11. Inexistência de métricas e indicadores para monitoramento da atuação da vigilância e segurança institucional

Verificou-se que a UFSM não possui métricas, indicadores ou instrumentos estruturados que permitam monitorar de forma sistemática a atuação da vigilância e da segurança institucional, seja nos serviços terceirizados, seja nas atividades de coordenação e acompanhamento da área. As informações relacionadas aos contratos de vigilância encontram-se fragmentadas, concentrando-se predominantemente em aspectos administrativos, como pagamentos, aditivos e liquidações, sem registros consolidados que permitam avaliar a eficácia, a qualidade ou os resultados dos serviços prestados.

Embora os contratos prevejam a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constatou-se que esse instrumento se limita a uma avaliação qualitativa, baseada em critérios genéricos e subjetivos, sem indicadores objetivos e mensuráveis de desempenho. Não foram localizados relatórios periódicos, registros de acompanhamento, evidências de fiscalização contínua ou análises sistemáticas que demonstrem o monitoramento da execução contratual e dos resultados alcançados pela vigilância.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

16

Durante a auditoria, a PROINFRA não apresentou comprovação documental que evidenciasse ações regulares de controle, fiscalização ou avaliação da atuação da vigilância. As respostas fornecidas não foram acompanhadas de registros que permitissem validar as informações prestadas ou aferir a efetividade das atividades desenvolvidas.

Também não foram identificados indicadores operacionais que permitissem mensurar aspectos essenciais da segurança institucional, tais como tempo de resposta a incidentes, recorrência de ocorrências, áreas mais afetadas, redução de perdas ou danos ao patrimônio. A inexistência desses parâmetros impede a avaliação objetiva da performance da vigilância e limita a capacidade da gestão de identificar falhas, corrigir problemas e adotar medidas preventivas.

Adicionalmente, verificou-se a ausência de um fluxo formalizado para registro, comunicação, análise e acompanhamento de incidentes de segurança, bem como a inexistência de consolidação das informações provenientes de diferentes fontes institucionais, como Ouvidoria, Corregedoria e campi fora da sede. Essa lacuna dificulta a identificação de padrões, vulnerabilidades recorrentes e áreas críticas, comprometendo o aprimoramento contínuo das ações de segurança.

Por fim, foram observados diversos registros de comentários e sugestões na Avaliação Institucional que indicam situações de insegurança, falhas na vigilância, problemas de iluminação e outros pontos críticos que requerem atenção do gestor, evidenciando a necessidade de adoção de medidas estruturadas para melhorar a segurança e a efetividade das ações de vigilância nos campi da UFSM.

12. Ausência de uso sistemático da percepção da comunidade e dos resultados da Avaliação Institucional para o aprimoramento da segurança institucional

Verificou-se que a UFSM não utiliza de forma sistemática a percepção da comunidade universitária como insumo para o aprimoramento da segurança institucional. Não foram identificadas evidências de realização de pesquisas ou consultas específicas sobre vigilância e segurança, nem de processos estruturados para análise e tratamento contínuo dos feedbacks da comunidade.

A Avaliação Institucional de 2023 indicou a existência de percepções relevantes de insegurança, bem como o registro de situações relacionadas à violência e à discriminação entre os respondentes da comunidade universitária. Entre os principais aspectos apontados destacam-se o uso de drogas, falhas na iluminação interna e externa, equipamentos com problemas, insuficiência de vigilantes, ocorrências de insegurança, danos ao patrimônio público, presença de veículos abandonados, casos de ameaças e agressões, além de fragilidades relacionadas ao sistema de combate a incêndio. Entretanto, não foram identificadas evidências de que essas informações tenham sido analisadas de forma estruturada ou incorporadas ao planejamento e à priorização de ações de segurança.

Observa-se que as avaliações institucionais, realizadas anualmente, representam uma importante fonte de informações sobre a percepção da comunidade e poderiam ser utilizadas para subsidiar pesquisas de satisfação, definição e monitoramento de indicadores, identificação de riscos recorrentes e proposição de melhorias nos serviços de segurança. A ausência desse uso sistemático limita o aproveitamento dessas informações e reduz o potencial de aprimoramento da gestão da segurança institucional.



RECOMENDAÇÕES

Achado nº 1

- 1) Formalizar a governança da segurança institucional da UFSM, por meio da definição clara da estrutura organizacional responsável pela gestão da segurança, com o restabelecimento ou reconfiguração do Núcleo de Vigilância ou unidade equivalente, vinculada à instância administrativa competente. Essa estrutura deve ser instituída por ato administrativo, com definição objetiva de atribuições, competências, responsabilidades, fluxos de reporte e mecanismos de supervisão, de modo a assegurar coordenação efetiva, responsabilização adequada e fortalecimento da gestão da segurança institucional.
- 2) Elaborar, aprovar e formalizar a Política de Vigilância e Segurança Institucional da UFSM, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes gerais e responsabilidades institucionais para a atuação em segurança patrimonial e institucional, considerando a realidade multicampi da Universidade e o alinhamento com seus objetivos estratégicos.
- 3) Editar normativas internas (instruções normativas, portarias ou atos equivalentes) que padronizem os procedimentos mínimos obrigatórios de segurança, contemplando, entre outros, ações de prevenção, monitoramento, controle de acesso, realização de rondas, resposta a incidentes e fluxos de comunicação, assegurando uniformidade de atuação em todos os campi da UFSM.
- 4) Desenvolver e implementar um Plano de Segurança Institucional próprio da UFSM, distinto dos instrumentos elaborados pela empresa terceirizada, que consolide diretrizes estratégicas, rotinas operacionais, fluxos de comunicação e protocolos para gestão de crises e emergências, sob responsabilidade da unidade institucional designada, assegurando o protagonismo da Universidade na definição, validação e revisão das orientações técnicas de segurança.
- 5) Garantir a ampla divulgação, acessibilidade e controle de versões da Política, do Plano e das normativas de segurança, assegurando que os vigilantes e demais envolvidos tenham acesso físico e digital às orientações vigentes, bem como o registro formal das revisões e atualizações realizadas.

Achado nº 2

- 6) Estruturar formalmente a gestão de riscos da segurança institucional, com designação de responsáveis, definição de atribuições e fluxo de comunicação e reporte, bem como a elaboração e implementação de Plano de Gestão de Riscos específico, contemplando riscos à integridade das pessoas e ao patrimônio, com ações de mitigação e monitoramento contínuo. Recomenda-se, ainda, priorizar medidas preventivas em áreas críticas, especialmente a instalação e manutenção de cercas, iluminação e sistemas de vigilância.



Achado nº 3

- 7) Realizar, de forma sistemática e previamente à formalização dos contratos, estudos técnicos que fundamentem as contratações, contemplando a análise da necessidade do serviço, o dimensionamento adequado das equipes e a avaliação dos riscos envolvidos. Esses estudos devem definir com clareza o escopo contratado, apresentar justificativas técnicas e estabelecer quantitativos compatíveis com as demandas de cada campus, turno e área estratégica, de modo a fortalecer o planejamento, aprimorar os controles institucionais e reduzir o risco de contratações insuficientes ou desproporcionais.

Achado nº 4

- 8) Recomenda-se instituir uma rotina formal, periódica e documentada de fiscalização técnica e administrativa do contrato de vigilância, com definição clara de responsabilidades entre gestores e fiscais, utilização de planos de fiscalização, indicadores de desempenho e elaboração de registros e relatórios periódicos. Essa rotina deve permitir o acompanhamento sistemático da execução contratual, a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, o controle de prazos de resposta e a adoção tempestiva de medidas corretivas e sanções nos casos de descumprimento.
- 9) Organizar e padronizar os processos de gestão e fiscalização do contrato de vigilância, assegurando que contratos, termos aditivos, relatórios de fiscalização, registros de ocorrências, comunicações formais e demais evidências estejam completos, atualizados e disponíveis em repositório institucional único. Essa centralização deve facilitar o controle, a rastreabilidade das informações e o fortalecimento dos controles internos, além de subsidiar a tomada de decisão pelos gestores.
- 10) Implantar controles sistemáticos para verificar a regularidade legal e documental da empresa contratada e dos vigilantes, bem como assegurar que o Plano de Execução do Serviço de Segurança (PESS) esteja atualizado, disponível nos postos e efetivamente utilizado como referência operacional. Deve-se ainda garantir que os postos de vigilância disponham da infraestrutura, equipamentos e recursos essenciais previstos contratualmente, com manutenção adequada.
- 11) Instituir controles para garantir que todos os postos de vigilância mantenham registros diários completos, fidedignos e sem lacunas das atividades e ocorrências, conforme previsto em contrato. Recomenda-se, adicionalmente, a realização de verificações periódicas ou auditorias internas para avaliar a consistência desses registros, o tratamento dado às ocorrências e a adoção de medidas corretivas quando identificadas falhas.
- 12) Solicitar à empresa contratada a elaboração, manutenção e execução de um programa formal e contínuo de treinamentos para a equipe de vigilância, com planejamento anual, definição de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

conteúdo, periodicidade e comunicação adequada aos vigilantes, alinhado às necessidades da segurança institucional. O acompanhamento da execução dos treinamentos deve integrar a rotina de fiscalização contratual, com exigência de comprovação das capacitações realizadas e aplicação das medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento.

19

Achado nº 5

- 13) Integrar todas as câmeras instaladas de forma independente no campus de Frederico Westphalen ao sistema oficial, incluindo as parcerias com sistemas de terceiros, como órgãos de segurança pública. Para isso, devem ser definidos fluxos de comunicação, responsabilidades compartilhadas e procedimentos formais de registro e tratamento das informações, garantindo padronização, centralização e segurança jurídica.
- 14) Fortalecer a capacidade operacional da Central de Monitoramento, com ajustes no quadro de operadores (especialmente no período diurno e no turno noturno) e procedimentos de contingência que assegurem o funcionamento ininterrupto da central em situações de ausência de operadores ou falhas técnicas, garantindo a continuidade e a eficiência do serviço.

Achado nº 6

- 15) Realizar o mapeamento sistemático das áreas com cobertura insuficiente de vigilância, especialmente espaços abertos e não edificadas, avaliando a adequação das barreiras físicas, da iluminação e do videomonitoramento, com prioridade para áreas com histórico de invasões, furtos ou acessos indevidos.
- 16) Reforçar a vigilância ostensiva, por meio da revisão e ampliação das rotas de ronda, garantindo cobertura contínua de todas as áreas do campus, em todos os turnos, considerando eventos especiais, períodos de maior circulação e situações atípicas.

Achado nº 7

- 17) Estabelecer diretrizes institucionais mínimas para o controle de acesso, definindo padrões para cercamento, circulação de pessoas e veículos e procedimentos de entrada e saída, aliadas à implantação de uma rotina sistemática de inspeção e manutenção preventiva das estruturas de segurança, assegurando seu funcionamento contínuo e adequado.

Achado nº 8

- 18) Fortalecer e adequar a infraestrutura física de segurança do campus, por meio do reparo e reforço de cercas, muros, portões, cancelas e demais barreiras de acesso, assim como da ampliação e qualificação da iluminação externa e perimetral, especialmente em áreas vulneráveis ou com maior circulação noturna e histórico de acessos indevidos. Essas medidas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

visam impedir a entrada não autorizada, aumentar a visibilidade e apoiar a atuação preventiva da vigilância, garantindo maior segurança para pessoas e patrimônio.

- 19) Estruturar, padronizar e identificar adequadamente as guaritas e os postos de vigilância, garantindo condições funcionais, visibilidade e presença ostensiva de vigilantes, inclusive com a implantação dessas estruturas nos campi que não dispõem desse recurso. Adicionalmente, deve ser instituída rotina periódica de inspeção e manutenção da infraestrutura de segurança, de forma a assegurar a efetividade contínua das estruturas e prevenir a recorrência de fragilidades.
- 20) Promover a regularização da sinalização de segurança nos campi, com ênfase nas áreas de risco, como os açudes, contemplando a instalação de placas de advertência sobre perigos e risco de afogamento, bem como a substituição de placas enferrujadas, danificadas ou ilegíveis e a reposição das placas inexistentes. Adicionalmente, devem ser adotadas rotinas de manutenção que assegurem a desobstrução da sinalização por vegetação, garantindo sua visibilidade permanente. Essas ações visam reduzir a exposição da comunidade universitária e de visitantes a situações de risco, fortalecer a prevenção de acidentes e apoiar a atuação da vigilância institucional.

20

Achado nº 9

- 21) Estruturar e aprimorar o processo de planejamento, execução e registro das rondas de vigilância, mediante a definição de critérios objetivos de tempo, cobertura e validação das rondas, alinhados às atividades efetivamente executadas. O planejamento das rotas e dos tempos deve ser compatível com inspeções presenciais, inclusive em situações excepcionais, como eventos com maior circulação de pessoas. Além disso, os registros das rondas devem ser analisados periodicamente pela gestão, de forma sistemática, como instrumento de controle, avaliação da eficiência do serviço, identificação de falhas e subsídio à tomada de decisão e à fiscalização contratual, quando aplicável.

Achado nº 10

- 22) Instituir e implementar um processo institucional formal para o registro, apuração e tratamento de extravios de bens patrimoniais, com definição clara de responsabilidades, prazos e procedimentos, envolvendo de forma integrada os setores de patrimônio, vigilância, gestão administrativa e unidades acadêmicas. O processo deve assegurar a rastreabilidade das ocorrências e a adequada condução das apurações.
- 23) Estabelecer a elaboração de análises de causa e de medidas corretivas e preventivas para ocorrências relevantes de furto ou extravio, incluindo a avaliação dos prejuízos, bem como promover a capacitação periódica de vigilantes e gestores em protocolos de resposta a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

incidentes, acionamento de autoridades e gestão de crises, com registro formal dos treinamentos realizados.

Achado nº 11

- 24) Definir e implementar métricas e indicadores objetivos e mensuráveis para o acompanhamento sistemático da atuação da vigilância e da segurança institucional, alinhados aos riscos da instituição. Os indicadores devem permitir avaliar a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços, contemplando, entre outros aspectos, tempo de resposta a incidentes, cumprimento das rotinas de ronda, registro de ocorrências e reincidência de falhas.
- 25) Revisar e aprimorar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) dos contratos de vigilância, incorporando indicadores quantitativos e critérios de avaliação mais objetivos, de forma a reduzir a subjetividade das análises. Paralelamente, organizar, centralizar e padronizar a documentação de fiscalização e acompanhamento contratual em repositório institucional único, assegurando rastreabilidade, transparência e suporte às auditorias.
- 26) Promover capacitação específica para gestores e fiscais de contratos, com foco no uso de indicadores de desempenho, análise de evidências, acompanhamento contratual e gestão por resultados, de modo a qualificar a fiscalização, fortalecer o controle e aprimorar a efetividade dos serviços de vigilância e segurança institucional.

Achado nº 12

- 27) Integrar os resultados das pesquisas e da Avaliação Institucional ao planejamento da segurança, à definição de indicadores e à priorização de medidas de prevenção e correção. Divulgar de forma transparente os resultados e as ações implementadas, fortalecendo a participação da comunidade e a confiança nas medidas adotadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

CONCLUSÃO

A auditoria de segurança institucional teve como objetivo avaliar se os processos, estruturas e controles adotados pela UFSM são adequados para proteger pessoas, patrimônio e instalações da universidade. A partir dos testes realizados, da análise documental, das visitas técnicas e das manifestações das unidades, foi possível responder às questões que orientaram o trabalho.

Em relação à política de vigilância institucional, verificou-se que existem iniciativas voltadas à segurança, porém foram identificadas fragilidades na estruturação e no acompanhamento sistemático dessas ações, especialmente quanto ao uso de estudos e avaliações de riscos que orientem a definição de prioridades e a implementação de medidas de prevenção.

Quanto aos contratos de vigilância e monitoramento, observou-se que os serviços estão em funcionamento e contribuem para a segurança institucional, embora existam oportunidades de melhoria relacionadas à gestão contratual e à integração e acompanhamento dos sistemas de monitoramento.

No que se refere à equipe de vigilância, constatou-se que os profissionais desempenham papel relevante na proteção do patrimônio, havendo, contudo, espaço para aprimoramentos na sistematização dos treinamentos e na formalização de procedimentos operacionais.

Sobre a proteção dos prédios e edificações, verificou-se a existência de mecanismos de controle, como barreiras físicas, iluminação e sistemas de monitoramento. Ainda assim, foram identificadas fragilidades em pontos da infraestrutura física, especialmente na manutenção de cercas, muros, portões e iluminação perimetral. Em áreas abertas sem edificações, os procedimentos de vigilância dependem principalmente de rondas e da presença física de vigilantes, o que pode limitar a cobertura em locais mais extensos ou com menor iluminação.

Também foram observadas oportunidades de melhoria quanto à integração dos sistemas de segurança, à padronização dos controles de acesso em áreas restritas e à formalização de procedimentos para situações de emergência. Além disso, as manifestações da comunidade acadêmica indicam que a segurança institucional é um tema sensível e que demanda atenção contínua da gestão.

Diante desse cenário, as recomendações apresentadas neste relatório final buscam fortalecer a segurança institucional, por meio do aprimoramento de políticas, processos e controles, da melhoria da infraestrutura física e da qualificação das orientações operacionais, bem como do uso mais sistemático das informações e percepções da comunidade acadêmica. A adoção dessas medidas tende a reduzir vulnerabilidades, prevenir ocorrências e promover um ambiente mais seguro para a comunidade universitária e para a preservação do patrimônio público da UFSM.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

ENCAMINHAMENTOS

Relatados os achados de auditoria, itens 01 ao 12, encaminha-se o presente relatório para ciência e implementação das recomendações:

- Ao Gabinete da Reitoria às recomendações nº **01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 27.**
- À Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) às recomendações nº **07 e 26.**

23

Santa Maria – RS, 16 de março de 2026.

Giovana Petry Pinto
Auditora / SIAPE 1837954

De acordo,

Camila da Silva Xavier
Auditora-Chefe / SIAPE 3085643
Portaria 385/2025



ANEXOS

I - MANIFESTAÇÕES DAS UNIDADES EXAMINADAS E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Achado nº 1: Fragilidades na governança da segurança institucional, com ausência de política, diretrizes, normativas e fluxos operacionais

Recomendação 1 - Formalizar a governança da segurança institucional da UFSM, por meio da definição clara da estrutura organizacional responsável pela gestão da segurança, com o restabelecimento ou reconfiguração do Núcleo de Vigilância ou unidade equivalente, vinculada à instância administrativa competente. Essa estrutura deve ser instituída por ato administrativo, com definição objetiva de atribuições, competências, responsabilidades, fluxos de reporte e mecanismos de supervisão, de modo a assegurar coordenação efetiva, responsabilização adequada e fortalecimento da gestão da segurança institucional.

Recomendação 2 - Elaborar, aprovar e formalizar a Política de Vigilância e Segurança Institucional da UFSM, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes gerais e responsabilidades institucionais para a atuação em segurança patrimonial e institucional, considerando a realidade multicampi da Universidade e o alinhamento com seus objetivos estratégicos.

Recomendação 3 - Editar normativas internas (instruções normativas, portarias ou atos equivalentes) que padronizem os procedimentos mínimos obrigatórios de segurança, contemplando, entre outros, ações de prevenção, monitoramento, controle de acesso, realização de rondas, resposta a incidentes e fluxos de comunicação, assegurando uniformidade de atuação em todos os campi da UFSM.

Recomendação 4 - Desenvolver e implementar um Plano de Segurança Institucional próprio da UFSM, distinto dos instrumentos elaborados pela empresa terceirizada, que consolide diretrizes estratégicas, rotinas operacionais, fluxos de comunicação e protocolos para gestão de crises e emergências, sob responsabilidade da unidade institucional designada, assegurando o protagonismo da Universidade na definição, validação e revisão das orientações técnicas de segurança.

Recomendação 5 - Garantir a ampla divulgação, acessibilidade e controle de versões da Política, do Plano e das normativas de segurança, assegurando que os vigilantes e demais envolvidos tenham acesso físico e digital às orientações vigentes, bem como o registro formal das revisões e atualizações realizadas.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação apresentada pelo Gabinete da Reitoria reconhece a pertinência dos apontamentos realizados pela auditoria e atribui as fragilidades identificadas a um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como a restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade. A Administração Superior também demonstra concordância com a necessidade de aprimorar a governança da área e informa a intenção de promover ações voltadas à institucionalização dos processos relacionados à vigilância e segurança patrimonial.

Observa-se que a resposta do gestor apresenta diretrizes gerais de atuação futura, tais como a avaliação da reestruturação da governança da segurança institucional, a eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, a elaboração de política institucional de vigilância e segurança,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

bem como a adoção de medidas voltadas à gestão de riscos, ao aprimoramento do videomonitoramento, ao mapeamento de áreas críticas, à padronização de registros de rondas e ao uso de dados da avaliação institucional como subsídio ao planejamento das ações de segurança.

Embora tais iniciativas indiquem alinhamento com os pontos levantados pela auditoria, a manifestação possui caráter predominantemente prospectivo e não apresenta elementos que permitam afastar ou modificar as constatações e recomendações propostas. Também não foram apresentados documentos institucionais que demonstrem a existência de estrutura formal de governança da segurança, política institucional aprovada, normativas internas padronizando procedimentos ou plano institucional de segurança sob responsabilidade da UFSM.

Nesse sentido, entende-se que as ações mencionadas pela gestão configuram intenções ou estudos em andamento, sem que haja, até o momento, comprovação de providências concretas capazes de mitigar as fragilidades apontadas.

Dessa forma, considerando que as inconsistências identificadas no achado permanecem válidas e que as medidas apresentadas ainda dependem de avaliação, planejamento e formalização institucional, a equipe de auditoria entende que **as Recomendações 1, 2, 3, 4 e 5 devem ser mantidas**, permanecendo como necessárias para o fortalecimento da governança da segurança institucional da UFSM, com vistas à definição clara de responsabilidades, padronização de procedimentos e consolidação de instrumentos institucionais de planejamento e gestão da segurança.

Achado nº 2: Fragilidades na gestão e no monitoramento de riscos da segurança institucional

Recomendação 6 - Estruturar formalmente a gestão de riscos da segurança institucional, com designação de responsáveis, definição de atribuições e fluxo de comunicação e reporte, bem como a elaboração e implementação de Plano de Gestão de Riscos específico, contemplando riscos à integridade das pessoas e ao patrimônio, com ações de mitigação e monitoramento contínuo. Recomenda-se, ainda, priorizar medidas preventivas em áreas críticas, especialmente a instalação e manutenção de cercas, iluminação e sistemas de vigilância.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.

- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação do Gabinete da Reitoria demonstra reconhecimento das fragilidades apontadas e indica a intenção da Administração Superior de aprimorar a governança e a gestão da segurança institucional. Foram mencionadas ações relacionadas à possível reestruturação da governança da área, à elaboração de política institucional de segurança, à incorporação dos riscos patrimoniais ao sistema institucional de gestão de riscos, à integração do videomonitoramento, ao mapeamento de áreas críticas e à padronização de registros, fluxos de incidentes e indicadores.

Verifica-se que as iniciativas apresentadas estão, de modo geral, alinhadas à recomendação da auditoria. No entanto, a manifestação possui caráter predominantemente prospectivo, ao indicar ações que ainda serão avaliadas ou planejadas. Dessa forma, não foram apresentados elementos suficientes que permitam afastar ou modificar as constatações e recomendações propostas pela auditoria.

Dessa forma, considerando que ainda não foram demonstradas medidas concretas de estruturação formal da gestão de riscos da segurança institucional e de elaboração de plano específico para a área, a Equipe de Auditoria entende que a recomendação deve ser **mantida**, permanecendo em monitoramento até a comprovação da implementação das ações necessárias.



Achado nº 3: Fragilidades na formalização dos contratos, decorrentes da ausência de estudos de necessidade, dimensionamento de equipe e avaliação de riscos, o que compromete o planejamento e os controles institucionais

Recomendação 7 - Realizar, de forma sistemática e previamente à formalização dos contratos, estudos técnicos que fundamentem as contratações, contemplando a análise da necessidade do serviço, o dimensionamento adequado das equipes e a avaliação dos riscos envolvidos. Esses estudos devem definir com clareza o escopo contratado, apresentar justificativas técnicas e estabelecer quantitativos compatíveis com as demandas de cada campus, turno e área estratégica, de modo a fortalecer o planejamento, aprimorar os controles institucionais e reduzir o risco de contratações insuficientes ou desproporcionais.

Manifestação da unidade examinada

A Coordenadoria de Serviços Gerais da Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), por meio do Memorando n. 030/2026, de 25 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168292/2025-96), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Considerando que as contratações de vigilância e monitoramento seguem ritos semelhantes aos das demais contratações e que os servidores envolvidos não possuem necessariamente formação técnica em segurança, entende-se que é possível aprimorar as exigências e o detalhamento técnico nas próximas contratações. Para tal, considera-se imprescindível:

- **a contratação de serviços especializados externos para apoiar o planejamento;**
- **a designação de servidores com conhecimento específico ou, alternativamente, a oferta de capacitações pela Administração, tendo em vista a criticidade das atividades”.**

Análise da equipe de auditoria

A manifestação da unidade auditada demonstra reconhecimento das fragilidades apontadas no achado, especialmente quanto à necessidade de aprimorar o planejamento e o detalhamento técnico das contratações de vigilância e monitoramento. A unidade destaca que os servidores envolvidos nos processos nem sempre possuem formação específica na área de segurança, o que pode ter contribuído para a ausência de estudos técnicos mais estruturados.

Como encaminhamento, a unidade menciona a possibilidade de contratação de serviços especializados externos para apoiar o planejamento, bem como a designação de servidores com conhecimento específico ou a oferta de capacitações pela Administração. Essas medidas são pertinentes e estão alinhadas ao objetivo de qualificar o processo de planejamento das contratações.

Entretanto, a manifestação apresenta apenas intenções de aprimoramento, não tendo sido evidenciadas ações concretas já implementadas ou em andamento que assegurem a realização sistemática de estudos técnicos prévios às contratações. Dessa forma, a recomendação permanece válida e deve ser acompanhada até que sejam demonstradas medidas efetivas para sua implementação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Achado nº 4: Fragilidades nos controles internos e na fiscalização do contrato de vigilância, resultando no descumprimento de obrigações contratuais e em deficiências na gestão e na oferta de treinamentos da equipe terceirizada

Recomendação 8 - Recomenda-se instituir uma rotina formal, periódica e documentada de fiscalização técnica e administrativa do contrato de vigilância, com definição clara de responsabilidades entre gestores e fiscais, utilização de planos de fiscalização, indicadores de desempenho e elaboração de registros e relatórios periódicos. Essa rotina deve permitir o acompanhamento sistemático da execução contratual, a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, o controle de prazos de resposta e a adoção tempestiva de medidas corretivas e sanções nos casos de descumprimento.

Recomendação 9 - Organizar e padronizar os processos de gestão e fiscalização do contrato de vigilância, assegurando que contratos, termos aditivos, relatórios de fiscalização, registros de ocorrências, comunicações formais e demais evidências estejam completos, atualizados e disponíveis em repositório institucional único. Essa centralização deve facilitar o controle, a rastreabilidade das informações e o fortalecimento dos controles internos, além de subsidiar a tomada de decisão pelos gestores.

Recomendação 10 - Implantar controles sistemáticos para verificar a regularidade legal e documental da empresa contratada e dos vigilantes, bem como assegurar que o Plano de Execução do Serviço de Segurança (PESS) esteja atualizado, disponível nos postos e efetivamente utilizado como referência operacional. Deve-se ainda garantir que os postos de vigilância disponham da infraestrutura, equipamentos e recursos essenciais previstos contratualmente, com manutenção adequada.

Recomendação 11 - Instituir controles para garantir que todos os postos de vigilância mantenham registros diários completos, fidedignos e sem lacunas das atividades e ocorrências, conforme previsto em contrato. Recomenda-se, adicionalmente, a realização de verificações periódicas ou auditorias internas para avaliar a consistência desses registros, o tratamento dado às ocorrências e a adoção de medidas corretivas quando identificadas falhas.

Recomendação 12 - Solicitar à empresa contratada a elaboração, manutenção e execução de um programa formal e contínuo de treinamentos para a equipe de vigilância, com planejamento anual, definição de conteúdo, periodicidade e comunicação adequada aos vigilantes, alinhado às necessidades da segurança institucional. O acompanhamento da execução dos treinamentos deve integrar a rotina de fiscalização contratual, com exigência de comprovação das capacitações realizadas e aplicação das medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança. Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.*

Manifestação da unidade examinada

A Coordenadoria de Serviços Gerais da Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), por meio do Memorando n. 030/2026, de 25 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168292/2025-96), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

*“As questões levantadas referem-se especificamente à **fiscalização técnica do contrato**, devendo ser por ela analisadas. Para novas contratações, a CSG já inseriu mecanismos para aprimorar a efetividade dos controles, embora a fiscalização técnica continue sendo imprescindível para assegurar a adequada execução contratual”.*

Análise da equipe de auditoria

A manifestação da PROINFRA reconhece que os apontamentos se relacionam à fiscalização técnica do contrato e informa que, em novas contratações, foram inseridos mecanismos para aprimorar os controles. No entanto, a resposta não apresenta evidências de medidas concretas já implementadas no contrato vigente para sanar as fragilidades identificadas.

Por sua vez, o Gabinete da Reitoria reconhece a existência de fragilidades na gestão da segurança institucional e apresenta ações institucionais em estudo ou planejamento, voltadas ao fortalecimento da governança, da gestão de riscos, da infraestrutura e da padronização de procedimentos. Apesar de alinhadas aos apontamentos da auditoria, as medidas apresentadas possuem caráter prospectivo e não demonstram, neste momento, a implementação efetiva de controles capazes de mitigar as falhas identificadas.

Diante disso, a equipe de auditoria entende pela **manutenção das recomendações**. As recomendações **8, 10, 11 e 12** devem ser atribuídas ao **Gabinete da Reitoria**, considerando que envolvem atividades relacionadas à atuação técnica na área de segurança institucional. Já a **recomendação 9** deve ser **mantida para a PROINFRA**, por tratar da organização e padronização dos processos administrativos relacionados à gestão e fiscalização do contrato.

Achado nº 5: Fragilidades na governança, na gestão contratual e na capacidade operacional do sistema de videomonitoramento institucional

Recomendação 13 - Integrar todas as câmeras instaladas de forma independente no campus de Frederico Westphalen ao sistema oficial, incluindo as parcerias com sistemas de terceiros, como órgãos de segurança pública. Para isso, devem ser definidos fluxos de comunicação, responsabilidades compartilhadas e procedimentos formais de registro e tratamento das informações, garantindo padronização, centralização e segurança jurídica.

Recomendação 14 - Fortalecer a capacidade operacional da Central de Monitoramento, com ajustes no quadro de operadores (especialmente no período diurno e no turno noturno) e procedimentos de contingência que assegurem o funcionamento ininterrupto da central em situações de ausência de operadores ou falhas técnicas, garantindo a continuidade e a eficiência do serviço.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Manifestação da unidade examinada

A Direção do Campus da UFSM em Frederico Westphalen, por meio do Memorando – Ordem 6, de 19 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168305/2025-27), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Entendo que o relatório preliminar está de acordo com a realidade que enfrentamos em Frederico Westphalen.

Quanto ao apontamento do item 13 esta Direção agradece o mesmo e levaremos novamente ao conhecimento da gestão da UFSM. Digo novamente pois esta preocupação já foi repassada em outras ocasiões e a solução que encontramos foi para minimizar os danos ocorridos conforme descrito no relatório”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Análise da equipe de auditoria

O Gabinete da Reitoria reconhece, em sua manifestação, as fragilidades apontadas pela auditoria e atribui parte dos problemas a um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como a limitações estruturais e orçamentárias. A Administração Superior também informa a intenção de promover melhorias relacionadas à governança da segurança, à gestão de riscos, à integração dos sistemas de videomonitoramento e ao fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento.

33

Embora a resposta demonstre alinhamento com os apontamentos da auditoria e reconhecimento da necessidade de aprimoramento institucional, as medidas apresentadas possuem caráter geral e prospectivo, não sendo acompanhadas, neste momento, de ações concretas implementadas ou planejamento detalhado para sua execução.

No que se refere à Recomendação 13, a Direção do Campus de Frederico Westphalen confirma a situação descrita no relatório preliminar e informa que a preocupação com a integração do sistema de videomonitoramento já foi encaminhada anteriormente à Administração Superior, tendo sido adotadas apenas soluções pontuais para minimizar os problemas identificados. Tal manifestação reforça o diagnóstico da auditoria e evidencia que a solução depende de decisão e coordenação em nível institucional.

Em relação à Recomendação 14, o Gabinete da Reitoria informa que pretende avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, considerando as limitações de orçamento e pessoal, porém sem apresentar medidas concretas já implementadas.

Dessa forma, considerando que as manifestações reconhecem os problemas apontados, mas ainda não demonstram a adoção efetiva de providências estruturais, a Equipe de Auditoria entende que **as Recomendações 13 e 14 devem ser mantidas**, sendo atribuídas ao **Gabinete da Reitoria**, por envolverem decisões e ações de caráter institucional.

Achado nº 6: Áreas descobertas de vigilância, sujeitas à invasões e furtos

Recomendação 15 - Realizar o mapeamento sistemático das áreas com cobertura insuficiente de vigilância, especialmente espaços abertos e não edificadas, avaliando a adequação das barreiras físicas, da iluminação e do videomonitoramento, com prioridade para áreas com histórico de invasões, furtos ou acessos indevidos.

Recomendação 16 - Reforçar a vigilância ostensiva, por meio da revisão e ampliação das rotas de ronda, garantindo cobertura contínua de todas as áreas do campus, em todos os turnos, considerando eventos especiais, períodos de maior circulação e situações atípicas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Análise da equipe de auditoria

Em relação ao Achado nº 6 – Áreas descobertas de vigilância, sujeitas a invasões e furtos, a manifestação do Gabinete da Reitoria reconhece as fragilidades apontadas e informa a intenção da Administração Superior de promover melhorias na governança da segurança institucional, no mapeamento de áreas vulneráveis, na integração do videomonitoramento e na padronização de registros de rondas e incidentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Embora as ações mencionadas estejam alinhadas com os apontamentos da auditoria, observa-se que as medidas apresentadas possuem caráter geral e prospectivo, sem evidências de implementação ou definição de prazos. Especificamente quanto às Recomendações 15 e 16, não foram apresentadas informações que comprovem a realização do mapeamento sistemático das áreas com cobertura insuficiente de vigilância nem a revisão e ampliação das rotas de ronda.

Diante disso, a equipe de auditoria considera que as manifestações reconhecem a pertinência dos apontamentos, porém não demonstram a adoção de medidas concretas para sanar as fragilidades identificadas. Assim, **as Recomendações 15 e 16 devem ser mantidas.**

Achado nº 7: Fragilidades nos controles de acesso à instituição

Recomendação 17 - Estabelecer diretrizes institucionais mínimas para o controle de acesso, definindo padrões para cercamento, circulação de pessoas e veículos e procedimentos de entrada e saída, aliadas à implantação de uma rotina sistemática de inspeção e manutenção preventiva das estruturas de segurança, assegurando seu funcionamento contínuo e adequado.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

• *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*

• *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

36

Análise da equipe de auditoria

Em sua manifestação, o Gabinete da Reitoria reconhece as fragilidades apontadas no relatório preliminar, atribuindo-as a fatores históricos de fragmentação da gestão da segurança institucional e a restrições estruturais e orçamentárias. A Administração Superior apresenta iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança da segurança, incluindo a possível reestruturação da área responsável, elaboração de política institucional, mapeamento de áreas críticas e fortalecimento do videomonitoramento. Contudo, as ações descritas ainda se encontram em fase de planejamento, sem evidências de implementação de diretrizes institucionais mínimas para controle de acesso ou de rotinas sistemáticas de inspeção e manutenção das estruturas de segurança.

Dessa forma, considerando que as manifestações reconhecem as fragilidades, mas não demonstram a implementação das medidas recomendadas, **a Recomendação nº 17 deve ser mantida.**

Achado nº 8: Infraestrutura de segurança física do campus inadequada para prevenir acessos indevidos e apoiar a atuação da vigilância

Recomendação 18 - Fortalecer e adequar a infraestrutura física de segurança do campus, por meio do reparo e reforço de cercas, muros, portões, cancelas e demais barreiras de acesso, assim como da ampliação e qualificação da iluminação externa e perimetral, especialmente em áreas vulneráveis ou com maior circulação noturna e histórico de acessos indevidos. Essas medidas visam impedir a entrada não autorizada, aumentar a visibilidade e apoiar a atuação preventiva da vigilância, garantindo maior segurança para pessoas e patrimônio.

Recomendação 19 - Estruturar, padronizar e identificar adequadamente as guaritas e os postos de vigilância, garantindo condições funcionais, visibilidade e presença ostensiva de vigilantes, inclusive com a implantação dessas estruturas nos campi que não dispõem desse recurso. Adicionalmente, deve ser instituída rotina periódica de inspeção e manutenção da infraestrutura de segurança, de forma a assegurar a efetividade contínua das estruturas e prevenir a recorrência de fragilidades.

Recomendação 20 - Promover a regularização da sinalização de segurança nos campi, com ênfase nas áreas de risco, como os açudes, contemplando a instalação de placas de advertência sobre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

perigos e risco de afogamento, bem como a substituição de placas enferrujadas, danificadas ou ilegíveis e a reposição das placas inexistentes. Adicionalmente, devem ser adotadas rotinas de manutenção que assegurem a desobstrução da sinalização por vegetação, garantindo sua visibilidade permanente. Essas ações visam reduzir a exposição da comunidade universitária e de visitantes a situações de risco, fortalecer a prevenção de acidentes e apoiar a atuação da vigilância institucional.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.



Análise da equipe de auditoria

A Administração Superior reconhece as fragilidades apontadas e informa a intenção de adotar medidas voltadas ao aprimoramento da governança da segurança institucional, ao mapeamento de áreas críticas e à priorização de intervenções em infraestrutura, como cercamento, iluminação e sinalização. A equipe de auditoria considera positiva a manifestação e o alinhamento geral das ações mencionadas com os apontamentos do relatório.

Contudo, a resposta apresentada possui caráter genérico e prospectivo, não sendo acompanhada de plano de ação, definição de responsáveis, cronograma ou evidências de medidas já implementadas relacionadas ao reparo e reforço de cercas, muros e portões, à melhoria da iluminação perimetral, à estruturação de guaritas e postos de vigilância ou à regularização da sinalização de segurança nas áreas de risco.

Diante disso, a equipe de auditoria entende que **as Recomendações nº 18, nº 19 e nº 20 devem ser mantidas**, por permanecerem pertinentes e necessárias ao fortalecimento da infraestrutura de segurança física e à redução de riscos à comunidade universitária e ao patrimônio institucional.

Achado nº 9: Inconsistência nos registros das rondas de vigilância e ausência de critérios para avaliação de sua eficiência

Recomendação 21 - Estruturar e aprimorar o processo de planejamento, execução e registro das rondas de vigilância, mediante a definição de critérios objetivos de tempo, cobertura e validação das rondas, alinhados às atividades efetivamente executadas. O planejamento das rotas e dos tempos deve ser compatível com inspeções presenciais, inclusive em situações excepcionais, como eventos com maior circulação de pessoas. Além disso, os registros das rondas devem ser analisados periodicamente pela gestão, de forma sistemática, como instrumento de controle, avaliação da eficiência do serviço, identificação de falhas e subsídio à tomada de decisão e à fiscalização contratual, quando aplicável.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.

- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*

- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*

- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*

- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*

- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação do Gabinete da Reitoria reconhece as fragilidades apontadas no relatório preliminar e indica a intenção de adotar medidas voltadas ao aprimoramento da governança da segurança institucional, incluindo a padronização de registros de rondas e a implantação de indicadores de desempenho. Entretanto, as ações apresentadas ainda se encontram em fase de avaliação ou planejamento, não tendo sido apresentadas evidências de implementação de procedimentos concretos relacionados ao planejamento, execução, registro e análise das rondas de vigilância. Diante disso, considerando que as manifestações reconhecem as fragilidades, mas não demonstram a adoção de providências efetivas para saná-las, **a Recomendação 21 deve ser mantida.**

Achado nº 10: Fragilidades na gestão de incidentes de segurança e no tratamento de extravios de bens patrimoniais

Recomendação 22 - Instituir e implementar um processo institucional formal para o registro, apuração e tratamento de extravios de bens patrimoniais, com definição clara de responsabilidades, prazos e procedimentos, envolvendo de forma integrada os setores de patrimônio, vigilância, gestão administrativa e unidades acadêmicas. O processo deve assegurar a rastreabilidade das ocorrências e a adequada condução das apurações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Recomendação 23 - Estabelecer a elaboração de análises de causa e de medidas corretivas e preventivas para ocorrências relevantes de furto ou extravio, incluindo a avaliação dos prejuízos, bem como promover a capacitação periódica de vigilantes e gestores em protocolos de resposta a incidentes, acionamento de autoridades e gestão de crises, com registro formal dos treinamentos realizados.

40

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.



Análise da equipe de auditoria

A manifestação do **Gabinete da Reitoria** reconhece as fragilidades apontadas no achado e apresenta a intenção da Administração Superior de aprimorar a governança da segurança institucional, por meio de ações relacionadas à normatização, gestão de riscos, integração do videomonitoramento, mapeamento de áreas vulneráveis e padronização de registros de incidentes. A equipe de auditoria considera positiva a sinalização de medidas voltadas ao fortalecimento da gestão da segurança patrimonial.

Entretanto, as ações apresentadas possuem caráter prospectivo, indicando que ainda serão avaliadas ou planejadas pela gestão. Não foram apresentadas evidências da existência ou implementação de um processo institucional formal para registro, apuração e tratamento de extravios de bens patrimoniais, nem de procedimentos estruturados para análise de causas, adoção de medidas corretivas e realização de capacitações periódicas, conforme proposto nas recomendações.

Dessa forma, considerando que as ações indicadas ainda dependem de implementação e não foram apresentadas evidências de mudanças efetivas nos processos, **as Recomendações 22 e 23 devem ser mantidas.**

Achado nº 11: Inexistência de métricas e indicadores para monitoramento da atuação da vigilância e segurança institucional

Recomendação 24 - Definir e implementar métricas e indicadores objetivos e mensuráveis para o acompanhamento sistemático da atuação da vigilância e da segurança institucional, alinhados aos riscos da instituição. Os indicadores devem permitir avaliar a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços, contemplando, entre outros aspectos, tempo de resposta a incidentes, cumprimento das rotinas de ronda, registro de ocorrências e reincidência de falhas.

Recomendação 25 - Revisar e aprimorar o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) dos contratos de vigilância, incorporando indicadores quantitativos e critérios de avaliação mais objetivos, de forma a reduzir a subjetividade das análises. Paralelamente, organizar, centralizar e padronizar a documentação de fiscalização e acompanhamento contratual em repositório institucional único, assegurando rastreabilidade, transparência e suporte às auditorias.

Recomendação 26 - Promover capacitação específica para gestores e fiscais de contratos, com foco no uso de indicadores de desempenho, análise de evidências, acompanhamento contratual e gestão por resultados, de modo a qualificar a fiscalização, fortalecer o controle e aprimorar a efetividade dos serviços de vigilância e segurança institucional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Manifestação da unidade examinada

A Coordenadoria de Serviços Gerais da Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), por meio do Memorando n. 030/2026, de 25 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168292/2025-96), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

“Conforme já informado anteriormente, os novos contratos passaram a incluir dispositivos voltados ao aprimoramento do acompanhamento e monitoramento dos serviços, e o mesmo padrão será adotado nas futuras contratações”.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação do Gabinete da Reitoria reconhece as fragilidades apontadas e apresenta iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança da segurança institucional, incluindo a avaliação de reestruturação da área, elaboração de política institucional, integração do videomonitoramento, mapeamento de áreas críticas e estudo para padronização de registros de rondas e implantação de indicadores de desempenho.

Embora tais ações estejam alinhadas às recomendações da auditoria, a resposta possui caráter ainda geral e não apresenta evidências concretas da definição ou implementação de métricas e indicadores objetivos para o monitoramento sistemático da atuação da vigilância. Dessa forma, **mantém-se a Recomendação 24**, direcionada ao Gabinete da Reitoria.

Quanto à **Recomendação 25**, a manifestação não aborda de forma específica a revisão do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) dos contratos de vigilância nem a organização e centralização da documentação de fiscalização em repositório institucional. Assim, **a recomendação também deve ser mantida**, permanecendo sob responsabilidade do Gabinete da Reitoria.

Em relação à **Recomendação 26**, a PROINFRA informou que os novos contratos passaram a incluir dispositivos voltados ao aprimoramento do acompanhamento e monitoramento dos serviços. Contudo, a manifestação não trata da realização de capacitações específicas para gestores e fiscais de contratos, conforme proposto na recomendação. Assim, **a recomendação é mantida**, sendo atribuída à PROINFRA.

Diante disso, as manifestações apresentadas demonstram reconhecimento das fragilidades e intenção de aprimoramento, porém não evidenciam a implementação das medidas recomendadas, motivo pelo qual **as Recomendações 24, 25 e 26 são mantidas**.

Achado nº 12: Ausência de uso sistemático da percepção da comunidade e dos resultados da Avaliação Institucional para o aprimoramento da segurança institucional

Recomendação 27 - Integrar os resultados das pesquisas e da Avaliação Institucional ao planejamento da segurança, à definição de indicadores e à priorização de medidas de prevenção e correção. Divulgar de forma transparente os resultados e as ações implementadas, fortalecendo a participação da comunidade e a confiança nas medidas adotadas.

Manifestação da unidade examinada

O Gabinete da Reitoria (GR), por meio do Ofício n. 77/2026, de 12 de fevereiro de 2026 (Processo PEN SIE nº 23081.168284/2025-40), manifestou ciência acerca dos apontamentos do conteúdo preliminar do presente relatório transcritas a seguir:

“Registramos que as fragilidades apontadas decorrem, em grande medida, de um contexto histórico de fragmentação da gestão da segurança institucional, bem como de restrições



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

estruturais e orçamentárias enfrentadas pela Universidade nos últimos exercícios. Não obstante, a Administração Superior reconhece a necessidade de aprimorar a governança da área e promover maior institucionalização dos processos de segurança patrimonial e proteção das pessoas. Com esse propósito, informamos ações previstas nas seguintes áreas:

- *Governança e normatização: a Administração Superior promoverá a avaliação da reestruturação formal da governança da segurança institucional, inclusive quanto à eventual recriação ou redefinição de unidade responsável, bem como a elaboração de política institucional de vigilância e segurança, com normativos próprios da UFSM.*
- *Gestão de riscos: será avaliada a incorporação dos riscos patrimoniais e de segurança física ao sistema institucional de gestão de riscos, com definição de responsabilidades e priorização de áreas críticas.*
- *Videomonitoramento: serão adotadas providências para promover maior integração institucional dos sistemas de videomonitoramento existentes, bem como para avaliar o fortalecimento da capacidade operacional da Central de Monitoramento, observadas as limitações orçamentárias e de pessoal.*
- *Infraestrutura e áreas vulneráveis: a Administração Superior articulará com as unidades competentes o mapeamento das áreas mais críticas, com vistas à priorização de intervenções em cercamento, iluminação, sinalização e estruturas de apoio à vigilância.*
- *Rondas, incidentes e indicadores: serão estudadas medidas para a padronização dos registros de rondas, institucionalização de fluxos para tratamento de incidentes e extravios patrimoniais e implantação gradual de indicadores de desempenho da segurança institucional.*
- *Uso da percepção da comunidade: será fomentada a utilização sistemática dos dados da Avaliação Institucional como subsídio para o planejamento das ações de segurança.*

Por fim, destacamos que a implementação das recomendações será objeto de planejamento interno, considerando a disponibilidade orçamentária, a capacidade operacional da Instituição e a necessidade de articulação com as unidades técnicas envolvidas, especialmente a PROINFRA, os campi fora de sede e os setores de gestão”.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação do Gabinete da Reitoria reconhece as fragilidades apontadas e indica a intenção de adotar medidas para aprimorar a governança e o planejamento da segurança institucional, incluindo o estímulo ao uso dos dados da Avaliação Institucional como subsídio às ações da área.

Contudo, as medidas apresentadas possuem caráter prospectivo e não foram acompanhadas de evidências de que os resultados das pesquisas e da Avaliação Institucional estejam atualmente sendo utilizados de forma sistemática no planejamento da segurança, na definição de indicadores ou na priorização de ações.

Dessa forma, a manifestação confirma a pertinência do achado, motivo pelo qual a recomendação é mantida, até que sejam implementados mecanismos que integrem efetivamente a percepção da comunidade ao planejamento e à gestão da segurança institucional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
AUDITORIA INTERNA

No âmbito da auditoria sobre segurança institucional, o relatório preliminar foi encaminhado às unidades envolvidas com o objetivo de apresentar as constatações identificadas e oportunizar a manifestação dos gestores quanto aos achados e recomendações propostas. Nesse contexto, os campi de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul registraram formalmente ciência dos termos do relatório preliminar, demonstrando que tiveram acesso às informações apresentadas pela auditoria e conhecimento das análises realizadas. Essa etapa é importante para assegurar transparência ao processo, possibilitar o diálogo institucional e contribuir para o aprimoramento das medidas de segurança e dos controles adotados pela instituição.

BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS

A Direção do Campus da UFSM em Palmeira das Missões informou a adoção de medidas voltadas ao aprimoramento da segurança institucional. Entre as iniciativas destacam-se a instalação de câmeras de videomonitoramento no campus, a contratação de cancela para controle de acesso, melhorias contínuas na iluminação e solicitações à gestão central para cercamento do perímetro e espelhamento das câmeras junto ao posto de vigilância.

Também foi solicitada a instalação de câmera com capacidade de identificação de placas de veículos no acesso principal. Essas ações demonstram postura proativa da gestão na adoção de medidas preventivas e no fortalecimento da infraestrutura de segurança, configurando **boas práticas** voltadas à proteção do patrimônio e ao aprimoramento do monitoramento no campus.